

O TRABALHO NO SETOR TERCIÁRIO DO AGLOMERADO URBANO DE MARINGÁ-PR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

THE WORK IN THE CROWDED TERTIARY URBAN SECTOR IN MARINGÁ-PR: SOME CONSIDERATIONS

MÁRCIO ROBERTO GHIZZO

Doutor em Geografia e Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
marcioghizzo@utfpr.edu.br

VITOR HUGO RIBEIRO

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá
vitor.vhr@hotmail.com

Resumo: Na contemporaneidade, as relações de trabalho do espaço urbano têm passado por intensas transformações. De uma forma geral, as cidades estão se terciarizando, de modo que o comércio e a prestação de serviços tem encontrado destaque perante os demais setores. Neste contexto, o presente artigo aborda aspectos do trabalho terciário no Aglomerado Urbano de Maringá-PR, formado por Marialva, Paiçandu e Sarandi, além da cidade polo. O intuito é retratar como este setor se comporta no espaço em questão promovendo um desenvolvimento desigual e colaborando para a reprodução do capital que, por muito tempo, teve seu escopo apenas no setor secundário.

Palavras-chave: Trabalho; Aglomerado Urbano de Maringá; Terciarização.

Abstract: In contemporaneity, the urban space working relationships have undergone profound transformations. In general, cities are outsourcing, so that trade and the providing services has found prominence in relation to other sectors. In this context, this article discusses tertiary work aspects in the agglomeration of Maringá-PR, composed of Marialva, Paiçandu and Sarandi, beyond the polo city. The purpose is to portray how this sector behaves in the space involved, promoting an unequal development and contributing to the capital reproduction that for a long time, had its scope only in the secondary sector.

Keywords: Working; Agglomeration of Maringa Urban; Outsourcing.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte integrante da tese de doutoramento intitulada “A mobilidade do consumo e a produção do espaço no Aglomerado Urbano de Maringá-PR” (GHIZZO, 2013), defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo principal é apresentar dados que revelam aspectos do trabalho do setor terciário dos municípios que compõem o Aglomerado Urbano de Maringá, a saber, Marialva, Maringá, Paiçandu e Sarandi, o que corrobora a produção de um espaço desigual que favorece a reprodução capitalista no/do setor terciário.

O trabalho é uma das formas de produção de valor e, somado à matéria prima, deve resultar no valor das mercadorias. Porém, estas, além do trabalho realizado, possuem

agregado também o valor da mais valia, a qual será apropriada pelos detentores dos meios de produção, ou os capitalistas. Esta lógica de reprodução do capital acontece em todos os setores produtivos e, no que se refere à este estudo, também no terciário.

Neste contexto, este artigo inicia-se com uma discussão acerca do trabalho e da mais valia, enfatizando-se o setor terciário. O objetivo é demonstrar que, apesar dos teóricos terem privilegiado o setor secundário ao longo da história, há de se relevar também sua presença e exploração no terciário. Para tanto, utiliza-se de estudos realizados por teóricos marxistas que apresentam subsídios para esta questão, confirmando que o trabalho, neste setor, também corrobora a exploração e a acumulação de capital.

Este estudo se realiza no Aglomerado Urbano de Maringá, localizado no norte central paranaense. Trata-se de um conjunto formado por quatro cidades conurbadas que formam um espaço de desenvolvimento desigual, no qual a cidade polo exerce hegemonia sobre as demais, a saber, Maringá, Marialva, Paiçandu e Sarandi respectivamente.

Por fim, o estudo apresenta dados dos trabalhadores do setor terciário do espaço em questão, além de resultados de entrevistas realizadas com presidentes de associações comerciais e sindicato.

Espera-se que o presente artigo ofereça entendimento e compreensão de que, no Aglomerado Urbano de Maringá, o setor terciário é representativo enquanto empregador. Porém, a cidade polo possui peculiaridades que a ratificam como centro concentrador de investimentos que lhe conferem hegemonia, enquanto nas cidades periféricas o setor encontra dificuldades.

O TRABALHO E A MAIS VALIA NO SETOR TERCIÁRIO

No intuito de retratar o tema central deste artigo, entende-se ser de suma importância apresentar o trabalho sob a égide marxista e sua relação com a apropriação da mais valia e a produção do espaço, que se desenvolve de forma desigual e combinada.

Marx (1996) mencionava que o capital advém da produção, da circulação e do comércio de mercadorias, nas quais estão inseridas certas quantidades de matéria prima e de trabalho. Desta forma, o capital surge por primeiro na forma de fator equivalente (dinheiro), mas também como propriedade de terras, de meios de produção e/ou de mercadorias. Portanto, o capital é um sistema de relações no qual os meios de produção ficam separados dos trabalhadores que, como alternativa e forma de sobrevivência, são forçados a vender sua força de trabalho para aqueles que detêm estes meios: “o capital não é uma coisa física, mas

uma relação social. Funda-se na aniquilação da propriedade privada adquirida com esforços pessoais, em outras palavras, a expropriação do trabalhador” (HARVEY, 2006, p. 46).

Para compreender a produção do espaço sob o capitalismo, convém destacar que, para cada modo de produção há um tempo e uma história próprios, assim como relações de produção e estrutura política peculiares. Na dialética capitalista, o sistema impõe seu funcionamento e, seja na forma industrial, fundiária e/ou comercial, ele é único e suas características mantêm-se originais, sempre na condição de hegemonia.

No que tange ao comércio e ao consumo, cabe relevar que a vida cotidiana depende dos bens produzidos no sistema, envolvendo a circulação tanto de manufaturas quanto de capital (dinheiro). Esta é contínua e usa do fator de equivalência como forma de acesso às mercadorias que serão utilizadas na produção de outras mercadorias a serem vendidas no mercado e que auferirão lucro ao capitalista.

Porém, mesmo com o advento da sociedade de consumo, o sistema capitalista continua sendo um sistema de produção. Para Marx (1999), a produção é um nível de desenvolvimento social de indivíduos que convivem em sociedade. Para ele, produção e consumo são indissociáveis e um instiga o outro sendo, cada um, condição de seu contrário.

Na lógica do sistema capitalista, o processo de produção engloba quatro fases: a produção, a distribuição, a troca/circulação e o consumo. Porém, a distribuição e a circulação são fases inseridas sob outras duas que regulam todo o funcionamento e, “segundo os economistas, produção, distribuição, troca e consumo constituem assim um silogismo com todas as regras: a produção é o termo universal, a distribuição e a troca são o termo particular, o consumo é o termo singular com o qual o todo se completa” (MARX, 1999, p. 30).

Sob a sociedade de produção a acumulação de capital apoia-se na expropriação dos meios de produção do trabalhador, e a mobilidade da força de trabalho facilita a concentração geográfica e a conseqüente produção do espaço. Porém, na sociedade de consumo que rege a vida contemporânea, esta acumulação se realiza por meio de outras estratégias do sistema, e a exploração da mais valia continua se consolidando como forma de apropriação, mas agora também no setor terciário, presente nas relações de comércio e prestação de serviços.

Estas relações de apropriação da mais valia findam por produzir espaços heterogêneos e um desenvolvimento desigual e combinado, teoria abordada por autores como Smith (1988), Lipietz (1988) e Soja (1993), entre outros. Este tipo de desenvolvimento reproduz uma das principais características do sistema capitalista e, portanto, necessário para a reprodução do modo de produção.

O ponto fundamental é que o capitalismo... baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais como meio necessário de sua sobrevivência contínua. A própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geográfico desigual (SOJA, 1993, p. 132).

Assim, o materialismo histórico-geográfico, postulado por Harvey (2005), traz uma correlação entre reestruturação e espacialização, pois o capitalismo produz paisagens sociais e físicas segundo suas demandas. Neste sentido, o capital aniquila o espaço provocando uma reestruturação espacial que implica em redes de fluxos e continuidades. Este materialismo está diretamente vinculado com o espaço e o tempo e isto se deve às infraestruturas na forma de capital fixo. Devido a isto, atualmente há intensas mobilidades de capital, de força de trabalho e de consumo, tornando as barreiras espaciais porosas e relativamente instáveis.

É nesta dinâmica que se procura relacionar o setor terciário como processo de fluxos que colabora na acumulação de capital por meio da mais-valia contida nas mercadorias. Se o trabalho é a forma que o capital utiliza para se apropriar da mais-valia e acumular, é mister lembrar que cada mercadoria possui, cristalizado, uma determinada quantidade de trabalho e, portanto, também é objeto que gera acumulação.

Para Soja (1993), as contradições fundamentais do capitalismo passaram a se expressar também no comércio e no consumo. Embora o autor enfatize o consumo coletivo, refere-se também ao consumo geral, inclusive o de mercadorias e do espaço, salientando que a realização da mais-valia e da acumulação de capital tornaram-se dependentes do controle dos meios de produção, de consumo e de reprodução.

Assim, pode-se afirmar que a transformação potencial do capitalismo passou a girar cada vez mais em torno de uma luta simultaneamente social e espacial, de um conflito conjunto, baseado nos salários e no consumo, de uma organização e uma conscientização da mão de obra, tanto na condição de trabalhadores quanto na de consumidores; em outras palavras, uma luta decorrente de estruturas de exploração inerentes às divisões verticais e horizontais de classe da sociedade, numa dialética sócio-espacial (SOJA, 1993, p.122).

Percebe-se que, no decorrer do último século, a produção cedeu lugar a ser compartilhado com o consumo na acumulação capitalista e na organização e na produção do espaço. Afinal, o capital absorve mais-valia nos consumos individual e coletivo, na reprodução da força de trabalho e na produção do espaço, principalmente do urbano, (re)planejando as cidades e “transformando o luxo em necessidades... ampliando os mercados de bens de consumo duráveis” (SOJA, 1993, p. 126), fragmentando o espaço e produzindo uma divisão social e territorial do trabalho.

De uma forma geral, a tradição marxista privilegiou o setor secundário em detrimento do terciário. Porém, a partir da segunda metade do século passado, o setor terciário cresceu muito. Este setor pode ser dividido em dois grupos. O primeiro “representa, grosseiramente, os comércios, os serviços financeiros e de seguros, os serviços não mercantis (administração, ensino, etc.)”, e o segundo “abrange as categorias sócio-profissionais: quadros de profissões liberais e empregados. A estes convém juntar o essencial dos trabalhadores independentes e suas ajudas familiares” (LIPIETZ, 1986, p. 03).

Assim, sob enfoque marxista, o setor terciário é produtivo, pois o capitalista adquire, no mercado, meios de produção e força de trabalho, e os trabalhadores industriais “produzem” e o capitalista e os trabalhadores comerciais “vendem” a mercadoria. O capitalista controla, comanda, vende e acumula na função industrial, mas somado ao desempenho financeiro e comercial; enquanto o operário dissocia as vertentes intelectual e manual, numa expropriação da habilidade por meio do trabalho coletivo da divisão social do trabalho (LIPIETZ, 1988).

A este respeito, Pintaudi (1984) faz uma interessante análise do consumo enquanto processo integrante do ciclo e da reprodução do capital. Para a autora,

investindo em capital na esfera da circulação das mercadorias, o capitalista comerciante permite ao capitalista da indústria uma redução no tempo e nas despesas relativa à circulação de mercadorias, com que este último teria que arcar para a realização de sua produção. Por outro lado, um capitalista comerciante vende as mercadorias produzidas por vários capitalistas da indústria, o que também reduz as despesas de circulação (PINTAUDI, 1984, p. 39).

Desta forma, o lucro comercial é parte da mais-valia total criada na produção e transferida para o capitalista comerciante como pagamento do capital que este investiu na esfera da circulação. Por isso, postula-se que o consumo atende às demandas dos homens, mas segundo a acumulação de capital, e seu objetivo é o lucro, e não a satisfação dos desejos.

Portanto, o consumo pode, assim como o trabalho produtivo, ser fonte geradora de mais-valia e de acumulação de capital. Assim, o trabalho e o consumo são momentos salientares do processo produtivo que, concomitantemente, assumem a vanguarda do capitalismo contemporâneo.

Na atualidade, houve uma maior “racionalização” do processo do trabalho. A tecnologia trouxe novas linhas de produtos e novos nichos de mercado, e este modelo “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.” (HARVEY, 2007, p. 140), envolvendo rápidas mudanças e um relativo desenvolvimento geográfico desigual entre setores e regiões. O autor afirma ainda que o

capitalismo “exibe muitas peculiaridades na forma assumida pelo seu processo de trabalho e na maneira como estão conectados a produção e o consumo” (HARVEY, 2007, p. 311).

Portanto, produção e consumo são fases do sistema produtivo que estão imbricadas na divisão do trabalho de tal forma que se tornam indissociáveis, manifestando tendências culturais, estéticas, imagéticas e materialistas que se manifestam no cotidiano da sociedade, proporcionando a manutenção, a sobrevivência e o desenvolvimento da hegemonia deste sistema no espaço social.

Harvey assume o papel concomitante que o consumo e o trabalho ostentam na contemporaneidade, vinculados respectivamente às sociedades de consumo e de produção. Para ele,

as relações de classe vigentes nesse sistema de produção e de consumo são de um tipo peculiar. Sobressai aqui antes o puro poder do dinheiro como meio de domínio do que o controle dos meios de produção e do trabalho assalariado no sentido clássico (HARVEY, 2007, p. 312).

Harvey faz acepção a um novo momento do capitalismo no qual, além da produção, sobressai outras formas de poder. Ratifica aqui que o consumo corrobora a acumulação e a reprodução do capital e de espaços que favorecem a esta dialética, tudo sob o viés marxista. Ou seja, a associação entre produção e consumo em Marx é mais que viável, sendo, na atualidade, uma condição da reprodução deste sistema.

De uma forma geral, no marxismo o capital é o centro das relações. Afinal, é seu aumento que o faz preservado e a acumulação é que o faz aumentar. Assim, a acumulação depende e pressupõe da força de trabalho, do modo de produção e do mercado consumidor (figura 1).



Figura 01 – A acumulação capitalista e seus pressupostos
Fonte: Harvey (2005) Organização: Autores (2016)

Embora haja também o próprio modo de produção, o objetivo, neste artigo, é salientar a importância do consumo e da força de trabalho, ambos representados pelo setor terciário e mercado consumidor para a acumulação capitalista. Assim, qualquer ruptura na circulação destes elementos pode significar uma crise para o sistema. Entretanto, ele próprio gera crises para que possa crescer de forma desequilibrada e concentrada por meio do antagonismo de classes e de lugares (HARVEY, 2005).

Neste sentido, Lipietz (1988) destaca o papel da troca e do consumo na acumulação de capital. Para ele, o setor terciário, e mais especificamente o comércio, é a própria expressão da acumulação capitalista que se exacerba pela concentração e centralização do capital. Este processo possui íntima relação com a produção do espaço urbano, pois a cidade é o principal locus de reprodução das relações de produção e, conseqüentemente, de capital. O autor trata do trabalho como uma divisão na forma de “empregos polarizados socialmente” que findam por contribuir para a polarização espacial e o conseqüente desenvolvimento desigual.

Numa aproximação entre os setores produtivos, Harvey (2006) afirma que os trabalhadores são consumidores e reprodutores de si mesmos, pois, com o salário, o trabalhador é livre para comprar e tem, no mercado, o mesmo valor que os demais consumidores. Ou seja, o trabalhador pode, na atualidade, escolher um estilo de vida e exprimir seus desejos influenciando o consumo e a produção de mercadorias.

Neste sentido, Marx (1996) afirmava que a mais-valia relativa traz como conseqüência a produção de novas mercadorias e novos nichos de consumo, demandando por uma expansão por meio da “criação de novas necessidades, propagando as necessidades existentes num círculo maior... a produção de novas necessidades e a descoberta de novos valores de uso” (p. 407). Assim, a acumulação tem seu impulso concedido pela mais-valia, relativa e/ou absoluta, presente no trabalho e no consumo.

Porém, esta reflexão demanda por uma relativa ambientação espaço-temporal. Se, ao longo da história, o capitalismo sobreviveu por meio da expansão internacional, nem sempre as condições para este ajuste se darão nesta escala e, na atualidade, a escala de ação pode acontecer entre distâncias menores, como as redes urbanas, criando uma hierarquia de lugares e levando a um desenvolvimento geográfico desigual em espaços menores.

Assim, as trocas de mercado transformam-se num veículo, não somente de transformação de valor entre empresas e setores, mas também uma transformação geográfica de valor. Algumas áreas obtêm um lucro líquido em termos de valor, enquanto outras incorrem num prejuízo líquido, e isso tem um certo efeito na geografia da acumulação, na formação de centros e periferias em todas as escalas espaciais (SOJA, 1993, p. 139).



Neste contexto, importa destacar que o setor terciário e as relações de trabalho nele contidas acontecem de forma heterogênea na hierarquia de cidades. Desta forma, algumas cidades são privilegiadas na concentração deste setor.

A diferenciação interna do espaço urbano determina as condições concretas sobre as quais se constrói a expansão urbana. Num nível mais básico, o espaço urbano está dividido entre espaço de produção e espaço de reprodução, que levam à concentração local de atividades e uso do solo específicos – indústria, transportes, recreação, varejista, comercial, financeiro e assim por diante (SMITH, 1988, p. 199).

Este modelo de investimento e as condições de trabalho são consequências do desenvolvimento de uma região que demanda por produção e consumo, fomentando a economia local e atendendo aos requisitos do primeiro capital investido. Com a evolução e o desenvolvimento de infraestruturas, os custos de deslocamentos diminuem e a quantidade aumenta, condicionando pessoas de áreas com menores investimentos a ter acesso às áreas mais desenvolvidas, como é o caso da população das cidades nas redes urbanas. Este tipo de produção espacial se traduz em valor e processos de produção, refletindo numa divisão territorial e social do trabalho. Em outras palavras, a diferenciação dos espaços provoca esta divisão, formando lugares heterogêneos.

Esta dinâmica contribui para um maior volume de troca e novos recursos em novas regiões que colaboram para este ajuste espacial. Quando capital e trabalho são aplicados em novos lugares para criar riqueza e gerar a capacidade produtiva, criam-se novas demandas que desenvolvem novos territórios, inclusive no que tange às relações comerciais. Assim, o ajuste espacial

promove a produção de novos espaços dentro dos quais a produção capitalista possa prosseguir (por exemplo, por meio de investimentos em infraestruturas) no crescimento do comércio e de investimentos diretos e no teste de novas possibilidades de exploração da força de trabalho (HARVEY, 2007, p. 172).

O capitalismo utiliza de diferentes vias para alcançar seu objetivo e, se na produção o capital e a força de trabalho precisam se unir em determinado ponto – a fábrica; no consumo a mercadoria e o consumidor também se unem e este local é o comércio e/ou os espaços de consumo. Assim, na contemporaneidade, os estudos de desenvolvimento desigual legitimam a afirmação de que o capitalismo sobrevive devido ao antagonismo que fragmenta espaços e os torna hierarquicamente estruturados, fazendo surgir centros e periferias em diversas escalas, bem como relações de poder sobre a vida cotidiana (SOJA, 1993).

Isto denota, por exemplo, no valor simbólico dos lugares, mas também pelo trabalho realizado e materializado nas mercadorias e/ou nos espaços produzidos. Um shopping center pode ser um bom exemplo, pois as alterações materiais e espaciais que a partir dele se desdobram trazem consigo um valor devido à grande quantidade de recursos investidos e capitalizados que garantem uma diferenciação espacial entre lugares. Este tipo de transformação marca o desenvolvimento desigual e a fragmentação espacial, principalmente em escalas interurbanas, legitimando a supremacia dos maiores centros com relação aos menores, instigando a população das áreas complementares para o consumo de mercadorias e do próprio espaço nas cidades polos.

O sistema de relações interurbanas é hierárquico porque advém do capitalismo, o qual tem isto como uma de suas características. Embora na atualidade os avanços tecnológicos tenham trazido novas demandas para estas relações,

a cidade passou a ser vista não apenas em seu papel distintivo de centro de produção e acumulação industrial, mas também como o ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos da força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo (SOJA, 1993, p. 118).

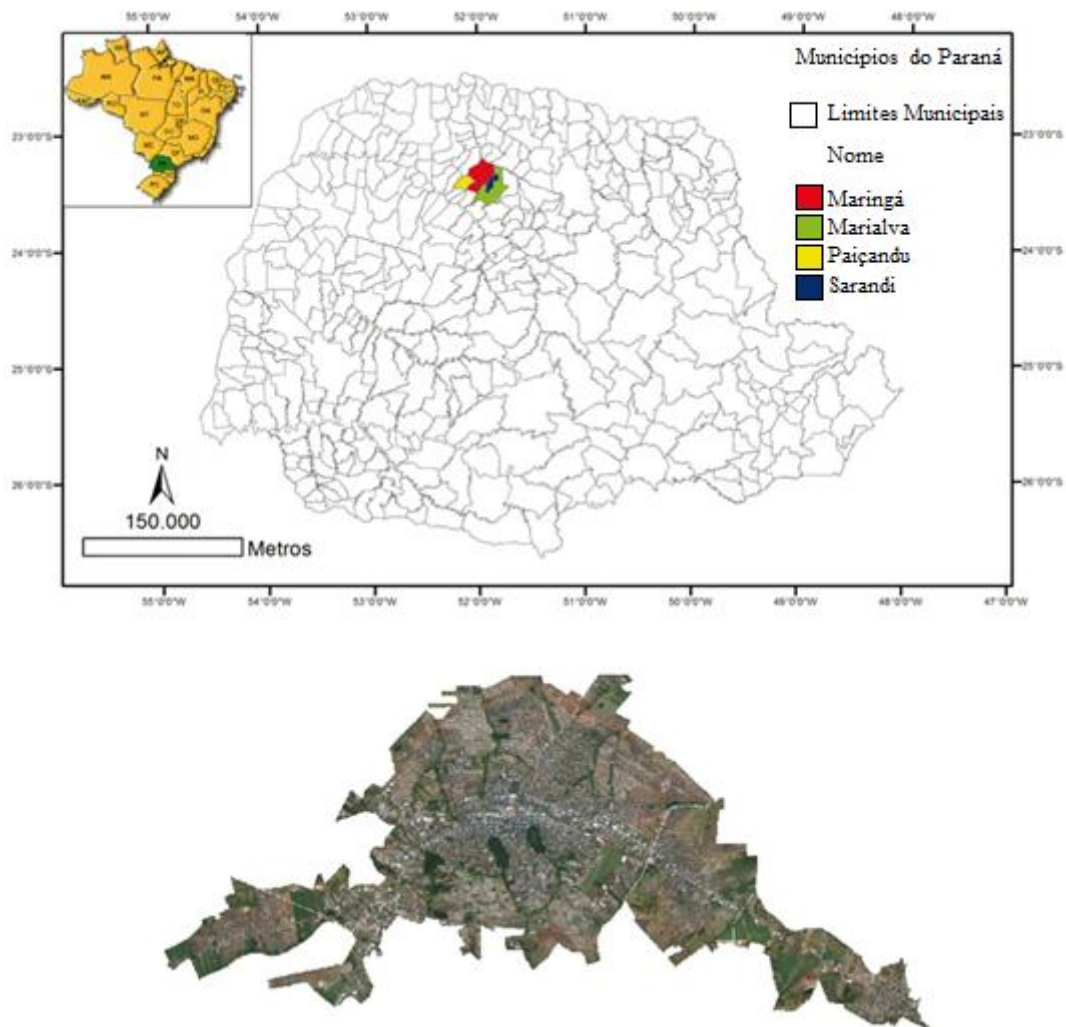
Neste sentido, desde meados do século passado, as questões que envolvem comércio e consumo têm sido tão relevantes quanto a produção. Se o trabalho produz o espaço geográfico e o materializa em suas formas, o comércio de produtos formados por matéria-prima e trabalho, também o faz. Para este entendimento há a necessidade de um esforço para perceber que o consumo somente é possível porque ele é composto de trabalho presente nas mercadorias e nas relações de trabalho do comércio e, tanto em uma quanto em outra forma, gera mais-valia a ser apropriada pelo capitalista.

Assim, embora o capital e a força de trabalho sempre tenham sido privilegiados enquanto agentes produtores do espaço, também o consumo assim o é. Além disso, o consumo demanda por espaços propícios para este objetivo, estabelecendo relações sociais que produzem e reproduzem a materialidade do trabalho, figurado, por exemplo, em mercadorias e em edifícios, estimulando, incentivando e produzindo o espaço geográfico por meio de sua prática, concentrando capital e centralizando atividades e, desta forma, promovendo um desenvolvimento desigual e combinado.

O ESPAÇO EM ESTUDO

Neste artigo, um dos intuitos está centrado na apresentação de alguns aspectos do trabalho no comércio das cidades pertencentes ao Aglomerado Urbano de Maringá, formado, além da cidade polo, por Marialva, Paçandu e Sarandi.

O Aglomerado Urbano de Maringá-PR está localizado na mesorregião norte-central paranaense. Esta região teve sua colonização pautada na cultura cafeeira, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960, quando recebeu um grande fluxo de migrantes paulistas e mineiros (figura 2).



No que tange à cidade de Maringá, esta foi, desde sua gênese, planejada como fornecedora de bens e serviços para a população de sua área de influência, de modo que o setor terciário já encontrava destaque em sua economia desde sua fundação, em 1947. Afinal,

nos primeiros cinco anos foram concedidos 579 alvarás de licença para estabelecimentos comerciais com sede nesta cidade (LUZ, 1997).

Quanto às demais cidades do Aglomerado Urbano de Maringá, estas foram concebidas para serem cidades dormitório da força de trabalho de Maringá, principalmente Paiçandu e Sarandi. Marialva, por sua vez, desenvolveu-se como cidade local, com uma economia pautada na pequena propriedade agrícola e familiar.

Porém, a década de 1970 foi marcada, no estado, pela modernização conservadora da agricultura, que refletiu em profundas transformações nos espaços rural e urbano, quando eclodiram cidades interioranas como Londrina, Maringá, Umuarama, Cascavel e Ponta Grossa. Destas, destaca-se, neste trabalho, a cidade de Maringá que, juntamente com as demais cidades do espaço em estudo, forma uma mancha urbana praticamente linear e ininterrupta, de modo que o processo de conurbação é realidade.

Segundo o IBGE (2010) o Aglomerado Urbano de Maringá somava, naquele ano, uma população total de 507.819, distribuídas pelos municípios de Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva com 357.077, 82.847, 35.936 e 31.959 pessoas, respectivamente.

O TRABALHO E O SETOR TERCIÁRIO NO AGLOMERADO URBANO DE MARINGÁ

Neste item, o objetivo é tratar de aspectos condizentes à questões do trabalho do setor de comércio dos municípios do espaço em estudos, sinalizando situações que denotam o desenvolvimento desigual deste setor entre os municípios pesquisados.

O comércio varejista do Aglomerado Urbano de Maringá é regido pelo Sindicato dos Lojistas do Comércio e Comércio Varejista de Maringá e Região (SIVAMAR) e, neste sentido, estas cidades possuem seus respectivos comércios funcionando conforme o horário estabelecido por este sindicato. Devido à isso, de uma forma geral, todo o comércio de rua das cidades sindicalizadas, incluindo aquelas que são objeto deste estudo, funciona no mesmo horário da cidade polo. Assim, caso a população consumidora queira, em seu horário de descanso, seja à noite, aos sábados, domingos ou feriados, realizar algum tipo de compra ou consumo, praticamente se torna refém de estabelecimentos que possuem horário de trabalho flexibilizado, a exemplo dos shopping centers e hipermercados, localizados em Maringá. Isso denota uma relação de hegemonia do comércio desta cidade em relação às demais do aglomerado urbano, pois fomenta o desenvolvimento desigual e concentra capitais provindos

do comércio de sua hinterlândia. Segundo A. D. L.¹, presidente do SIVAMAR, ao todo são dezenove municípios vinculados à esta regulação do horário de trabalho, englobando doze mil empresas de comércio da região, e mais seis mil de Maringá, com um total de oitenta e oito mil funcionários formais do comércio divididos em cinquenta e cinco mil pertencentes aos municípios fora da sede e trinta e três mil à Maringá. (*apud* GHIZZO, 2013, p. 80)

Segundo entrevistas realizadas nas associações comerciais dos municípios periféricos do Aglomerado, antes desta regulação era muito comum seus estabelecimentos comerciais funcionarem em horários diferenciados, a exemplo de sábados à tarde e domingos e feriados pela manhã. Como muitos destes comércios são familiares, em que parentes ou funcionários *free lances* são contratados esporadicamente, o comércio funcionava além do horário normal, o que fomentava as vendas e garantia condições da força de trabalho destes municípios prestigiar o comércio de suas próprias cidades após o seu labor.

Porém, com esta normatização, houve uma mudança neste comportamento de consumo e, cada vez mais, os trabalhadores que não conseguem realizar compras durante os intervalos de seu horário de trabalho, se sujeitam à realizá-las nos estabelecimentos de Maringá que assim o permitem, a exemplo dos mencionados. Isto favorece a concentração de capital na cidade polo e a hegemonia do setor perante os demais municípios que funcionam segundo suas diretrizes.

Sob a lógica da sociedade de consumo e a demanda do mercado, as cidades oferecem, de uma forma geral, distração e divertimento à população, uma forma de compor o cotidiano. Até o século XVIII o comércio varejista tinha como função social abastecer a população sob o princípio da necessidade; já no século XIX ele se caracterizou pela especialização e fortalecimento comercial à serviço da indústria e, no século XX, se tornou atividade cotidiana devido, entre outros, aos novos tipos de estabelecimentos comerciais e ao comércio como forma de lazer. Neste momento, o comércio ganhou espaços fechados e cobertos, e foram criadas centralidades pelo capital privado visando atender às demandas de um novo perfil do público consumidor. Assim, conforme exposto, o setor terciário e mais especificamente o comércio, também favorece à manutenção do sistema hegemônico e, no que tange às cidades do Aglomerado Urbano de Maringá, o mesmo também corrobora esta assertiva. Afinal, pode-se afirmar que é formado por municípios onde a força de trabalho

¹ No intuito de garantir o anonimato das pessoas entrevistadas, as referências utilizarão apenas as letras iniciais do nome completo do entrevistado;

empregada no comércio contribui nesta forma de reprodução do sistema, seja materializada nas mercadorias, seja no exercício do comércio ou na própria produção destes espaços.

A cidade de Maringá e os municípios que compõem seu aglomerado urbano possuem um relativo dinamismo deste setor, com uma população empregada formalmente que representa importante participação na economia regional. Por outro lado, a respeito da informalidade, não há dados oficiais, mas apenas pontos de vistas de pessoas ligadas à organização do setor. Por isso, é mister mencionar as informações advindas dos presidentes das associações comerciais e do SIVAMAR sobre o assunto. De forma geral, para L.O.², em Paiçandu a informalidade não tem sido muito preocupante, sendo considerada um fenômeno pequeno, pois a grande maioria das pessoas trabalha corretamente e visa a formalidade.

H.C.³ salienta que em Marialva este fenômeno, embora ainda tenha altos índices, vem diminuindo, principalmente nos últimos anos, quando a associação comercial e empresarial do município passou a investir em treinamentos para este público, mostrando as vantagens de controlarem fluxos de caixa e implementarem sistema informatizado, demonstrando que estas formas de trabalho tendem a melhorar e garantir maiores condições de permanência no setor, instigando-os a regularizarem suas situações.

Por outro lado, a cidade de Sarandi enfrenta na informalidade um grande problema e, segundo J.L.P.⁴, esta ocorre de forma exacerbada e intensa, principalmente devido à falta de organização urbana que prejudica uma fiscalização satisfatória. Para o entrevistado, “aqui tem muitas empresas na informalidade e não se tem condições estruturais e de competências para efetuar uma boa fiscalização.” Por outro lado, A.D.L., presidente do SIVAMAR, destaca que a informalidade em Maringá tem diminuído ano a ano, pois cada vez mais se exige regularidade no setor, e tem-se trabalhado para erradicar esta condição, numa ação conjunta entre a prefeitura e o sindicato.

Estas informações acerca da informalidade do comércio vêm ao encontro das informações auferidas a respeito do índice de mortalidade de empresas do comércio no Aglomerado. No que tange à Paiçandu, segundo o presidente da associação comercial e empresarial, assim como a informalidade é baixa, também o índice de mortalidade o é, pois a população absoluta tem crescido muito e, concomitantemente, também a demanda pelo comércio. É claro que esta situação demanda por cautela, e importa salientar que normalmente a maioria dos estabelecimentos são pequenos e familiares. Porém, como existe a procura, e

² Presidente da ACIP – Associação Comercial e Empresarial de Paiçandu. Fonte: GHIZZO (2013);

³ Presidente da ACIMAR – Associação Comercial e Empresarial de Marialva. Fonte: GHIZZO (2013);

⁴ Representante da ACIS – Associação Comercial e Empresarial de Sarando. Fonte: GHIZZO (2013);

desde que o comércio ofereça algumas condições atrativas, a probabilidade de o investimento se desenvolver é relativamente grande.

Quanto à Marialva, segundo a presidente da associação comercial, o índice vem diminuindo, fruto de um intenso trabalho da associação, mas infelizmente continua expressivo. Normalmente, quem não consegue se manter no mercado é exatamente...

aquele que entra no mercado porque fez um acerto, saiu do emprego e sem projeto algum vai abrir a empresa própria. Acha que o mercado de trabalho é assim, entra sem pesquisa sem nada, abre o CNPJ e vai trabalhar. Mas não é assim. Não faz uma pesquisa de mercado, qual a necessidade, qual o local mais apropriado, se tem gente procurando aquele tipo de produtos, quantas empresas já oferecem, o que tem de diferencial para atrair seu cliente; acho que esta pesquisa de mercado não existe para essas pessoas que entram no mercado e logo falem. Não tenho indicadores, mas mesmo com o nosso trabalho na associação, o índice ainda é alto. (H.C., apud GHIZZO, 2013, p. 87)

No que concerne ao município de Sarandi, assim como a informalidade, o índice de mortalidade das empresas, principalmente as iniciantes, também é muito expressivo. Estas, normalmente são pequenas lojas que utilizam mão de obra familiar, nas quais o sujeito arrisca, sem grande conhecimento do negócio, abrir um pequeno comércio, muitas vezes com recursos advindos de um acerto trabalhista. Porém, salienta J.L.P., como há uma intensa mobilidade do consumo em direção à Maringá, o fluxo de vendas destes comerciantes normalmente é muito pequeno, não lhes garantindo condições de sobrevivência e levando à mortalidade da empresa.

Importa destacar que as associações comerciais da Marialva, Paiçandu e Sarandi não possuem dados concretos e fidedignos a respeito tanto da informalidade como da mortalidade das empresas. Isto é consequência de associações comerciais sem a devida estrutura para oferecer suporte para seus filiados. De forma geral, as ações destas associações entrevistadas restringem-se a serviço de proteção ao crédito, sem apresentar grandes inovações para seus associados que pudessem alavancar suas atividades comerciais, principalmente aqueles que garantissem melhores condições de competitividade e geração de lucro, emprego e renda.

Por outro lado, no que se refere à cidade de Maringá, utilizando dados e informações mais precisas sobre o índice de mortalidade das empresas, e demonstrando maior poder de organização e gestão, o presidente do SIVAMAR releva o fato de que o estado do Paraná e a cidade de Maringá estão numa condição privilegiada. Para A.D.L., o índice de mortalidade paranaense, baseado no SEBRAE-PR (2012), era da ordem de 25%, percentual que também se enquadra para a cidade de Maringá. No entanto, naquele ano, o índice nacional estava na casa dos 50% para os dois primeiros anos de vida dos comércios. Segundo o entrevistado,

quanto mais o tempo passa, maior a consolidação do estabelecimento e menor o índice de mortalidade das empresas comerciais. O entrevistado encerrou este assunto atestando que este índice para Maringá ocorre porque...

não tem mais como ser amador em Maringá, tem que se profissionalizar para garantir espaço no mercado. Este alto índice de profissionalização de Maringá é porque muitos foram pra faculdade, foram estudar, estão direto em cursos, se profissionalizando. Usam toda a técnica de varejo pra poder suportar a carga legal e isso acaba sendo bom pra toda a sociedade (apud GHIZZO, 2013, p. 88).

Nota-se que os requisitos para se instalar um comércio na cidade de Maringá são maiores que aqueles das demais cidades do Aglomerado. Isto reflete a própria produção do espaço urbano, pois a tendência de que a cidade polo receba estabelecimentos mais planejados e com maior quantidade e qualidade de investimentos é maior que das outras cidades, as quais findam por receber comércios sem o mesmo tipo de qualificação e montante de investimentos, o que acaba produzindo um espaço menos desenvolvido e de qualidade inferior.

Sobre a força de trabalho formal do espaço em estudo, com dados informatizados e disponibilizados pelo governo federal, nota-se que o mesmo tem se apresentado de forma intensa e importante. Afinal, o desenvolvimento destas cidades possui íntima relação com as atividades comerciais nelas praticadas e, neste contexto, a força de trabalho do setor assume papel vital neste processo.

A tabela 01 demonstra estes números numa análise espaço-temporal no período de 1985 a 2010, o que permite acompanhar a evolução quantitativa da força de trabalho quinquenalmente, demonstrando pujança e importância enquanto espaço de reprodução de relações sociais. Afinal, a força de trabalho do comércio também colabora com a geração de mais-valia a ser apropriada pelo capital, legitimando o consumo como elemento imprescindível na produção do espaço geográfico.

Tabela 01 – Evolução espaço temporal dos empregados formais do comércio varejista do Aglomerado Urbano de Maringá (1985 – 2010)

Município	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Maringá	8570	9777	11571	15531	23260	30528
Sarandi	102	234	478	1021	1756	2448
Marialva	373	379	420	557	1104	1398
Paçandu	33	51	78	236	428	686

Fonte: RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais

Com uma força de trabalho no comércio varejista total que ultrapassou os trinta e cinco mil empregos formais em 2010, o setor ratifica a hegemonia da cidade polo. Esta, por sua vez, concentra e investimentos no setor que reproduzem o capital investido,

principalmente por meio da apropriação da mais valia que se realiza através das relações sociais implementadas pelo comércio e elo consumo de mercadorias.

Esta força de trabalho terciária representa condições de exploração do sistema. Afinal, como a teoria marxista postula, o capital comercial também produz valor, participando do lucro sem necessariamente participar da produção, pois o lucro comercial é parte da mais-valia total que, transferida para o capitalista comerciante, incorpora-se na esfera de circulação do capital total. Ou seja, o capitalista comercial realiza uma parte da mais-valia ainda não realizada na produção (PINTAUDI, 1984).

Nota-se, observando a tabela 01, que a evolução dos empregos formais no comércio varejista dos municípios em questão se apresenta com acentuações diferenciadas, sendo que Maringá concentra o maior número de empregados no comércio varejista e possui um ritmo ascendente, o que denota o incremento do setor na cidade. Porém, os demais municípios também possuem um ritmo ascendente, inclusive de maior intensidade, principalmente Sarandi e Paiçandu que auferiram um crescimento de mais de vinte vezes o quantitativo de 1985, enquanto Marialva e a cidade polo superaram em apenas quatro vezes este número.

Este fato é explicado quando se analisa o tamanho dos estabelecimentos varejistas destas cidades. De uma forma geral, na cidade polo é que se produz mais espaços de consumo que perpassam por caracteres de maior investimento de capital, embora isso não seja regra, mas uma tendência.

Isto fica evidente quando se correlaciona informações da evolução espaço-temporal dos empregados formais com aquelas a respeito do número e tamanho dos estabelecimentos comerciais do Aglomerado. A figura 03⁵ demonstra que Maringá possui os maiores estabelecimentos ao passo que Sarandi, Marialva e Paiçandu privilegiam os menores.

Assim, denota-se que, de uma forma geral, a cidade polo normalmente capta mais recursos e sedia os maiores investidores do setor, a exemplo das Lojas Havan que, em 2010, investiu a ordem de dez milhões de reais em uma unidade no Shopping Center Catuaí e, em Novembro de 2011, concretizou outro investimento na inauguração da segunda loja localizada no Shopping Avenida Center, com investimento da ordem de doze milhões de reais (ENTRE OS 50 MAIORES, 2011).

⁵ A figura 03 utiliza de uma escala de grandeza que permite, por meio da falta de nitidez, demonstrar a produção do espaço desigual no Aglomerado Urbano de Maringá. Percebe-se, assim, que há em todos os municípios uma relativa quantidade de estabelecimentos com zero e 01 a 04 funcionários e que, conforme este número aumenta, nos menores municípios há uma falta de nitidez, o que denota a falta destes estabelecimentos que se tornam representativos apenas na cidade polo.

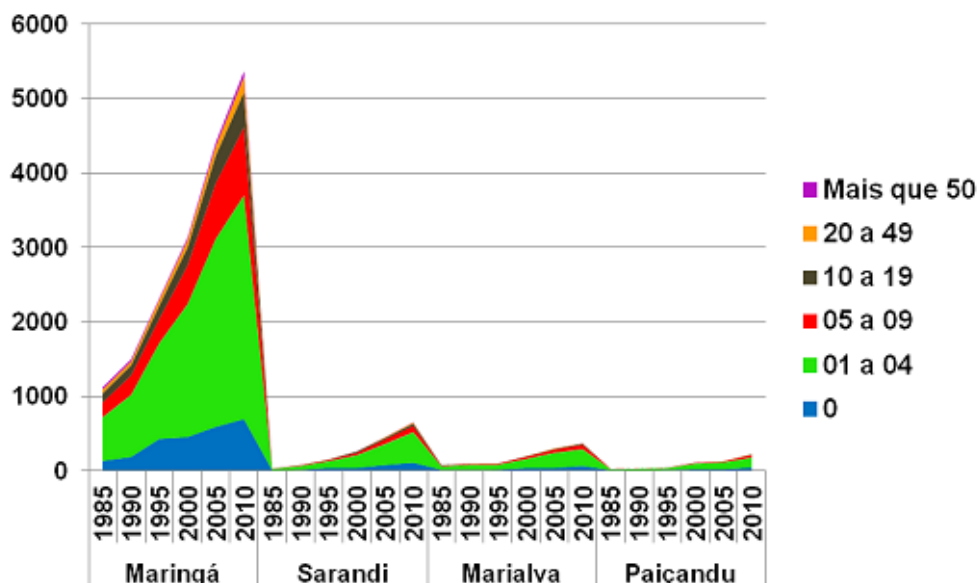


Figura 03 – Estabelecimentos comerciais varejistas por tamanho/número de funcionários no Aglomerado Urbano de Maringá (1985-2010)

Fonte: RAIS (Relatório Anual de Informação Social)

Este tipo de informação confirma o que foi mencionado anteriormente pelo presidente do SIVAMAR, quando o mesmo afirma que em Maringá não há mais espaço para amadores, pois os investidores que ali se instalam são, normalmente, pessoas conhecedoras dos ramos de comércio à que se dispõem a trabalhar. Assim, há uma espécie de seleção, na qual o número de empregos gerados é mais consistente. Afinal, como relatado no quesito sobre trabalho informal e mortalidade de empresas, na cidade polo estas nuances são menos expressivas, considerando a solidez das empresas comerciais que optam por esta cidade.

Por outro lado, normalmente as cidades menores são lócus de recursos mais limitados e seus investidores, na maioria das vezes, são pessoas que arriscaram no ramo comercial no intuito de se emanciparem da condição de empregado. É comum estas cidades possuírem um grande número de estabelecimentos comerciais, porém de menor tamanho, que normalmente se caracterizam como empreendimentos em que a própria família é responsável pela gestão, contando ainda com um pequeno ou nenhum quantitativo de funcionários contratados. Embora haja exceções, este é o quadro predominante nestas cidades.

Devido à isso, também é nestas cidades que a mortalidade de empresas comerciais é mais nítida, assim como a rotatividade em tentativas de “acertar o ramo”. Corroborando este aspecto, a informalidade também é mais exacerbada, sendo uma constante. Ou seja, cidades como Paçandu e Sarandi, mesmo gerando mais empregos no comércio em termos

percentuais, finda por apresentá-los de forma mais fragilizada, com menores salários e possibilidades de permanência, sem a mesma condição daqueles que a cidade polo oferece.

Quanto à Marialva, esta cidade se comporta com um ritmo diferenciado, como um município que preza por continuar sendo pequeno, sem demonstrar muito entusiasmo por se desenvolver industrial ou comercialmente. Seu objetivo primaz está centrado em se manter com uma excelente qualidade de vida, normalmente associada à um custo de vida elevado, principalmente por se localizar próximo de uma cidade polo como Maringá, mas que continua com o estilo de vida interiorana.

Num olhar atento para o gráfico 01, que representa a evolução quantitativa dos estabelecimentos comerciais do Aglomerado Urbano de Maringá de 1985 a 2010 por município e quantidade de funcionários formais, nota-se que o número de empreendimentos comerciais na cidade polo ultrapassa o total de cinco mil unidades, enquanto as demais cidades não chegam a mil estabelecimentos. Relativizando estas informações com a população total dos municípios, estes dados são naturais e esperados. Porém, quando se observa o nível de desenvolvimento dos estabelecimentos na lógica da atual sociedade de consumo, que preza por oferecer consumo associado ao lazer, isto faz toda a diferença, pois é este espaço desigual que promove, por exemplo, o consumo conspícuo. Além disso, a produção destas espacialidades é diretamente relacionada com ações dos detentores dos meios de produção que agem com/como os promotores imobiliários. Desta forma, as maiores cidades privilegiam e são privilegiadas pelos maiores investidores, a exemplo das Lojas Havan, que só contempla aquelas com mais de duzentos mil habitantes.

É notório o predomínio, em todas as cidades estudadas, de estabelecimentos comerciais menores, de um a quatro funcionários, seguidos por aqueles sem nenhum empregado formal e de cinco a nove. Porém, conforme o número de funcionários vai aumentando, evidencia-se com maior contundência a superioridade do comércio varejista da cidade polo. Enquanto Paçandu não possui nenhum estabelecimento comercial com mais de cinquenta funcionários, Sarandi possui cinco e Marialva apenas um, demonstrando que estas cidades possuem, unanimemente, estabelecimentos menores, o que também reflete a menor quantidade de capital investido e o conseqüente menor grau de evolução junto às demandas e condições que o modo de produção impõe.

Por outro lado, embora na figura os estabelecimentos com mais de cinquenta funcionários tenham sido agrupados para assegurar uma melhor visibilidade, é mister mencionar que a cidade de Maringá possuía, em 2010, trinta e sete estabelecimentos entre 50 e 99 funcionários, vinte e quatro entre 100 e 249, e dois com mais de 250 funcionários.

Neste sentido, a cidade de Maringá possui espaços que concentram maior quantidade de capital investido, perpassando por condições que permitem a “experienciação” que Cachinho; Barata Salgueiro (2010) retrata, a exemplo dos shoppings centers, dos hipermercados e das lojas de departamento, além das próprias ruas comerciais que tentam proporcionar sensações similares à seus frequentadores. Mas, mesmo que em condições desprivilegiadas, as demais cidades do Aglomerado resistem e tentam se organizar também neste sentido, produzindo espaços, segundo suas condições, cada vez mais próximos deste intuito, como é o caso de Paiçandu e Marialva e, em menor proporção, Sarandi. Trata-se da produção de lojas e ruas com vitrines, calçadas, mercadorias e campanhas promocionais que buscam oferecer à sua população condições satisfatórias para suprirem os sentimentos que almejam e que muitas vezes são sanados nos maiores centros, como é o caso da cidade polo.

De uma forma geral este processo leva à uma nova organização do espaço urbano pautada na globalização. Se antes a cidade possuía uma dinâmica baseada no setor industrial, no período mais recente vem se apoiando na terciarização como uma das condições da economia mundial que infunde novos valores e ritmos ao cotidiano social. Embora a relação cidade-comércio não seja algo novo, é na atualidade que este processo tem ganhado mais importância na vida das pessoas e no desenvolvimento do capitalismo.

A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO DO SETOR TERCIÁRIO

Como o espaço em estudos está inserido numa importante rede urbana paranaense, e a mesma tem sido privilegiada pelos investimentos do meio técnico, otimizando os meios de transporte e comunicação, é mister mencionar que a mobilidade de pessoas (trabalhadores e consumidores), mercadorias e capitais se apresenta de forma um tanto exacerbada.

A cidade não é produzida apenas por/para seus transeuntes autóctones, mas também por/para aqueles de outras localidades que trazem, consigo, investimentos traduzidos em reprodução do trabalho, na forma de capital fixo ou de mercadorias. Aqui, vale ressaltar que entre as mercadorias que as pessoas possuem, encontra-se também a força de trabalho. Esta, contudo, é uma mercadoria especial, pois possibilita meio de sobrevivência para o trabalhador que, muitas vezes, vê na venda dessa mercadoria o único meio de garantir sobrevivência para si e sua família. Para tanto, é preciso que o mesmo venda esta mercadoria especial para o detentor dos meios de produção, o qual apropriar-se-á da mais valia e reproduzirá e acumulará capital. Este processo nem sempre se realiza numa proximidade geográfica, demandando por aquilo que se denomina mobilidade da força de trabalho. Ou seja, é o deslocamento que o

trabalhador realiza para vender sua força de trabalho para o capitalista e, assim, encontrar meio de manter sua sobrevivência (ROCHA, 1998).

Nas entrevistas realizadas constatou-se que há uma intensa mobilidade de pessoas dos municípios da região de influência de Maringá com destino à cidade polo, seja para trabalho, seja para consumo. Na presente discussão, será apresentado apenas aspectos da mobilidade dos trabalhadores do setor terciário das cidades de Marialva, Paiçandu e Sarandi. Estas informações foram pautadas nos relatos de pessoas chave, a exemplo de presidentes e representantes das associações comerciais ou lojistas.

Um dos shoppings centers de Maringá, localizado na porção Leste da cidade e, portanto, mais próximo de Sarandi e Marialva, é o Shopping Cidade. Neste, segundo relato da gerente comercial do shopping, há cento e vinte lojistas que contratam trabalhadores da cidade polo, mas também das cidades vizinhas, como Marialva e, principalmente, Sarandi. Contrata-se muitos funcionários *free* nos finais de semana e época de promoções, advindos destas cidades. São, normalmente, pessoas conhecidas de algum funcionário que também mora nestas cidades (GHIZZO, 2013).

Neste caso, é nítido que ocorre uma relativa exploração destes trabalhadores, pois não possuem vínculo empregatício e nem direitos garantidos. Normalmente metade dos estabelecimentos contratam pelo menos um funcionário deste escopo. Ou seja, somente lojistas deste shopping contratam, em média, sessenta funcionários *free* durante pelo menos um final de semana do mês, numa exploração de trabalho totalmente maculada.

Quanto a trabalhadores de Paiçandu, segundo a Associação Comercial e Empresarial daquele município e alguns lojistas entrevistados naquela cidade, a mobilidade de trabalhadores para o comércio de Maringá é relativo. Salienta-se que já foi maior, mas hoje diminuiu, embora ainda seja significativo. Segundo o discurso dos entrevistados, entre as principais estratégias para a diminuição deste fluxo foi a apresentação de vantagens dos trabalhadores morarem e trabalharem na própria cidade, a exemplo de não demandarem pelo uso de transporte coletivo, o que proporciona benefícios como almoçar ou chegar logo em casa, assim que termina o expediente. Contudo, usando destes argumentos, percebeu-se que o patronato do comércio normalmente remunera esta classe, em média, apenas com o piso salarial da categoria, sem pagar comissões pelas vendas, o que denota uma forma aguda de apropriação da mais-valia e exploração do trabalhador, pois na cidade polo o valor salarial médio da categoria é quase o dobro do que é praticado nestas espacialidades.

Marialva, por sua vez, também segundo a Associação Comercial e Empresarial, percebe na mobilidade da força de trabalho um movimento normal, típico de uma região

metropolitana, onde a população trabalhadora das cidades vizinhas depende do trabalho oferecido na cidade maior. Salieta também que, devido o horário de funcionamento do comércio entre estas cidades ser igual, há favorecimento para que este mesmo trabalhador marialvense despenda considerável parcela de seu salário em Maringá. Assim, as pessoas se deslocam para trabalhar em Maringá não necessariamente porque paga-se melhor que na cidade de origem, mas porque esta não oferece a quantidade de empregos necessária para todos.

A intensidade deste fluxo com destino à Maringá fica evidente na fala de J.L.P., representante da Associação Comercial e Empresarial de Sarandi que, ao avaliar a mobilidade da força de trabalho daquele município em direção ao polo, relata:

É mais ou menos 50% a 60% do trabalhador que mora em Sarandi e trabalha em Maringá. Raramente, numa rua de Maringá, um comércio não tem um ou dois funcionários de Sarandi. Tem lojas em Maringá que você acha oito, até dez trabalhadores de Sarandi. Maringá tem muita carência de mão de obra e por isso tem muita gente que mora em Sarandi e trabalha em Maringá. Como Sarandi tem aluguéis mais baratos que Maringá, moram aqui e trabalham lá. O transporte coletivo favorece... o pessoal pega o ônibus aqui, vai e volta pra Maringá... Em Maringá paga-se mais, e em Sarandi custa menos pra morar... é mais de vinte mil pessoas, entre trabalhadores e consumidores, que compram mais em Maringá que Sarandi, principalmente por que trabalham lá e por causa do transporte... (apud GHIZZO, 2013, p. 161)

Ratificando estes pontos de vista, o presidente do SIVAMAR, A.D.L., destaca que o emprego no setor do comércio de Maringá é mais interessante que o das cidades vizinhas. Com um salário médio maior, é o mais significativo das cidades atendidas pelo sindicato, sendo o principal fator atrativo das pessoas da região que exercem a mobilidade da força de trabalho para este setor da cidade⁶. Esta informação é importante porque demonstra a atração que Maringá exerce sobre a força de trabalho dos municípios de sua área de influência, colaborando para a mobilidade da força de trabalho e a produção do espaço regional. Para o entrevistado, o fato de Maringá ter mais estabelecimentos comerciais também favorece porque o trabalhador se sente menos refém do comerciante. Ou seja, se em uma cidade como Marialva ou Paiçandu, o empregado não tem muitas opções de lojas para se empregar, em Maringá por uma diferença de cinquenta, oitenta ou cem reais, o funcionário troca de emprego, pois ele entende que possui maior autonomia e maiores oportunidades.

⁶ Nota-se que apenas o SIVAMAR atesta dados referentes especificamente aos trabalhadores do comércio. As Associações Comerciais dos demais municípios tratam da mobilidade da força de trabalho como um todo, não segmentando nos setores econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os municípios pertencentes ao Aglomerado urbano de Maringá possuem especificidades marcadas pelo desenvolvimento desigual: de forma geral, uma cidade polo (Maringá) e duas cidades dormitório (Sarandi e Paiçandu), além de uma cidade local (Marialva), que possuem intenso grau de integração de pessoas, capitais, mercadorias e serviços, dinamizando esta espacialidade e seus setores econômicos.

No que se refere à cidade polo, desde sua gênese foi predestinada a ser polo fornecedor de bens e serviços para a população de toda sua área de influência. Isto justifica a dinamicidade do setor terciário neste município, concentrando investimentos de grandes grupos empresariais, como Lojas Havan, Angeloni, Super Muffato e Catuaí, entre outros. Atualmente, possui importantes espaços de consumo que tornam a cidade atrativa para consumidores e trabalhadores, principalmente os shopping centers e hipermercados, por exemplo.

O estudo desta espacialidade e a questão do trabalho no setor terciário legitima a reprodução e a acumulação do capital. Afinal, demonstrou-se que a cidade polo exerce supremacia perante as demais, produzindo um desenvolvimento desigual. Isto é ainda reforçado pelos novos estilos de vida que fazem dos maiores centros urbanos os mais propícios para que as pessoas realizem as premissas impostas pela atual sociedade de consumo, a exemplo da imbricação entre consumo e lazer.

A hegemonia da cidade polo é demonstrada pelos relatos de informalidade do setor nas cidades periféricas, de modo que Marialva e Sarandi reconhecem o problema e intensidade, enquanto Paiçandu acredita estar sob controle. Porém, a superioridade do setor em Maringá é retratada quando é mencionado que nesta cidade não há mais espaço para amadorismo, mas requer que os investidores trabalhem com profissionalismo, produzindo um setor pujante e promissor. Estas questões resvalam na mortalidade das empresas e, na mesma dinâmica, a cidade polo manifesta maior controle da situação, enquanto as demais cidades percebem que este fato é um grande problema a ser enfrentado.

Demonstrou-se, ainda, que a cidade polo abriga os maiores estabelecimentos comerciais (em número de empregados), enquanto as demais cidades privilegiam empresas menores. Destaque merecem as cidades de Paiçandu e Sarandi, que possuem os maiores índices de crescimento de geração de postos de trabalho no setor.

Por fim, a mobilidade da força de trabalho de pessoas dos municípios periféricos com destino à cidade polo é um tanto representativa. Os maiores salários e ofertas de postos

de trabalho, que permitem uma espécie de liberdade para o trabalhador procurar emprego, parecem ser os maiores determinantes para este fluxo.

Neste contexto, conclui-se que o Aglomerado Urbano de Maringá, sob o olhar do trabalho do setor terciário, é um espaço que possui desenvolvimento desigual, com hegemonia da cidade polo como consequência dos grandes investimentos de capital que ali se concentram. Por outro lado, as cidades periféricas buscam crescimento diante das dificuldades de concorrência, considerando que esta dinâmica não apenas gera mais empregos na cidade principal, mas também concentra atrativos que para lá levam os consumidores.

Estudos sobre trabalho no setor terciário devem ser estimulados, pois o privilégio pelo setor secundário ao longo do tempo permitiu que existisse uma lacuna a ser preenchida por novas reflexões que tratem de tema de sua importância para as ciências que se debruçam sobre o entendimento do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

CACHINHO, Herculano; SALGUEIRO, Teresa B. O comércio urbano em tempos de turbulência: elementos para avaliar as vulnerabilidades e níveis de resiliência. **Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia**. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal. Outubro de 2010.

CORREIA, Roberto L. **Comércio e espaço: uma retrospectiva e algumas questões**. Rio de Janeiro, UFRJ, mimeo, (199?).

ENTRE OS 50 MAIORES MUNICÍPIOS EM POTENCIAL DE CONSUMO. Revista Digital ACIM. Maringá: Agosto de 2011, p. 42-60.

GHIZZO, Marcio R. **A mobilidade do consumo e a produção do espaço no Aglomerado Urbano de Maringá-PR**. 2013. 200p. Tese (Doutorado em Geografia – Organização do Espaço Habitado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

HARVEY, David **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: edições Loyola, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral, 16ª edição. São Paulo: Loyola, 2007.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. Tradução: Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **O terciário, arborescência da acumulação capitalista: proliferação e polarização**. O terciário econômico. n.16, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, 1986.

LUZ, F. **O Fenômeno Urbano numa Zona Pioneira**: Maringá. Maringá: A Prefeitura, 1997.

MARX, Karl, **O capital**: crítica da economia política. Tombo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flavio Rothe. Vol 02, livro 1º. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. Para a crítica da economia política do capital. Coleção: **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999; pp. 25-48.

Pintaudi, Silvana, O lugar do supermercado na cidade capitalista. In: **Geografia**, vol. 09, nº 17-18. Rio Claro: UNESP, 1984.

ROCHA, Marcio M. **A espacialidade da mobilidade humana**: um olhar para o norte central paranaense. Tese (doutorado em geografia humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO – 2010 – PARANÁ. Fundação IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=2R&uf=41> Acesso em 25/01/2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: Natureza, capital e a produção do espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Coordenação: Antonio Christofolletti. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, 1988.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução: Vera Ribeiro. Revisão: Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FONTES ORAIS CITADAS (Instituições)

A. D. L. Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio e Comércio Varejista de Maringá e Região – SIVAMAR. Depoimento [Agosto de 2012]. Entrevistador: Marcio R. Ghizzo. Entrevista concedida ao projeto “A mobilidade do consumo e a produção do espaço no Aglomerado Urbano de Maringá-PR” (PGE-UEM).

H. C. (2011) Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Marialva – ACIMAR. Depoimento [Setembro de 2012]. Entrevistador: Marcio R. Ghizzo. Entrevista concedida ao projeto “A mobilidade do consumo e a produção do espaço no Aglomerado Urbano de Maringá-PR” (PGE-UEM).

J. L. P. Representante da Associação Comercial e Empresarial de Sarandi – ACIS. Depoimento [Setembro de 2012]. Entrevistador: Marcio R. Ghizzo. Entrevista concedida ao projeto “A mobilidade do consumo e a produção do espaço no Aglomerado Urbano de Maringá-PR” (PGE-UEM).

L. O. Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Paiçandu - ACIP. Depoimento [Agosto de 2012]. Entrevistador: Marcio R. Ghizzo. Entrevista concedida ao projeto “A mobilidade do consumo e a produção do espaço no Aglomerado Urbano de Maringá-PR” (PGE-UEM).